

O PODER SIMBÓLICO ATRIBUÍDO À LÍNGUA ESCRITA

Angela de Fátima SCREMIN*
Djane Antonucci CORREA**

ABSTRACT: This paper aims to discuss some thoughts about the symbolic power attributed to writing, since this, according to Bourdieu (2004, 2007), it is associated with the masking of a charge is neutralized and the hierarchical basis of this concept which can be attributed to the symbolic power writing, as that language is a way putting on paper the ideas, thoughts, among other wills. And that space between power and writing there is a dispute between the dominant and subordinate classes, in which writing becomes the symbolic representation of the dominant, becoming a means to understand the power exists there. We intend to show that the act of writing means to exchange ideas, and constantly playing with words. It was used as the theoretical framework of the following authors, Gnerre (1985), Kato (1990), Rousseau (1991), Olson and Torrance (1997), Olson (1997); Manguel (1997), Bourdieu (1998, 2004, 2007) and Higounet (2003).

KEYWORDS: writing; symbolic power; identity transformation

1. Introdução

As atividades de leitura e escrita são vistas, muitas vezes, como instrumento de ascensão social. Do mesmo modo que permitem o acesso às mais diversas idéias, possibilitam a expressão delas, a produção e reprodução delas por meio da linguagem articulada. Para além dessas funções, a escrita é uma forma de ser e de estar nesse mundo, de representar a realidade, de agir nela e sobre ela. Portanto, a escrita pode ser um meio de corporificar um ponto de vista, tornar tangível uma visão do mundo, de encaixar cada fato num conjunto, de concretizar determinado sentido

Nessa perspectiva, este estudo está centrado em discussões sobre a relevância da escrita em diferentes instâncias sociais e educacionais. Inclui acadêmicos do segundo ano do curso de Letras, professores da área, e alunos do ensino fundamental participantes de um projeto de extensão intitulado “Adolescentes de Escola Pública e Adolescentes em conflito com a lei: uma relação por meio da escrita”¹. O trabalho é realizado no Laboratório de Estudos do Texto – LET - na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Por meio das atividades de extensão realizadas no projeto e demais reflexões de ordem epistemológica, visamos a problematizar a crença de que a linguagem escrita é superior à falada (OLSON,1997), por outras palavras, propomos discutir a valorização da escrita. Nesse sentido, optou-se por focar o poder simbólico (Bourdieu, 2004, 2007, 1998) atribuído à referida manifestação de linguagem.

* Graduada em Licenciatura em Letras Português Francês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Egressa do Projeto “Adolescentes de escola pública e adolescentes em conflito com a lei: uma relação por meio da escrita”. E-mail: afscremin@yahoo.com.br.

** Professora Doutora da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Coordenadora do LET - Laboratório de estudos do texto e do Projeto “Adolescentes de escola pública e adolescentes em conflito com a lei: uma relação por meio da escrita”. E-mail: djanecorrea@uol.com.br.

¹ Este trabalho está sendo realizado na UEPG/LET em parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SET, a quem registramos nossos agradecimentos.

O projeto em questão resulta na publicação de um livro contendo textos dos participantes, de maneira a delinear estratégias que possibilitem refletir sobre a maneira como a atuação do professor e do pesquisador pode ser potencializada em termos de comprometimento social. É por essa razão que os participantes advêm de um estrato social marginal, como os quais a comunidade acadêmica pode trocar saberes e experiências, de modo a pensar sobre as mais diversas questões sociais com os participantes e não para eles.

Dessa maneira, fortalece-se o vínculo entre pesquisa, extensão e ensino, promovendo assim a flexibilização curricular e ampliando os espaços de atuação do professor e do pesquisador em formação. Em acréscimo, busca a inserção de trabalhos de pesquisa oriundos das ações de utilizar atividades de leitura e escrita de textos entre menores infratores, adolescentes de 8ª série do Ensino Fundamental e acadêmicos para refletir sobre questões de identidade e de exclusão.

As principais questões que fundamentam ou norteiam essa discussão são as mais recorrentes durante a realização dos trabalhos: a) os alunos não vão se interessar; b) eles não gostam de escrever; c) eles têm muitas dificuldades.

2. Fundamentação teórica

2.1 - Percurso histórico da escrita

Para resgatar um pouco da história da escrita, lembramos que, antes do seu surgimento (OLSON & TORRANCE, 1997) as sociedades faziam uso da linguagem oral.

Muito tempo antes de valorizarem a recitação em voz alta, a leitura silenciosa ganhava espaço, sendo priorizada na maioria dos estabelecimentos, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

A descrição que Agostinho faz da leitura silenciosa de Ambrósio é o primeiro caso indiscutível registrado na literatura ocidental. [...] Cláudio Ptolomeu, no século II d.C., observou que às vezes as pessoas lêem em silêncio quando estão se concentrando muito, porque dizer as palavras em voz alta distrai o pensamento. [...] já são Cirilo de Jerusalém, numa palestra catequética feita provavelmente na Quaresma de 349, suplica às mulheres na igreja que leiam enquanto aguardam as cerimônias, 'porém quietas, de modo que, enquanto seus lábios falam, nenhum outro ouvido possa ouvir o que dizem', uma leitura sussurrada, talvez, na qual os lábios vibravam com sons abafados. [...] Para Agostinho, a palavra falada era uma parte intrincada do próprio texto tendo-se em mente a advertência de Marcial, pronunciada três séculos antes. 'o verso é meu; mas, quando o declamas, ele parece teu, tão deploravelmente o estropias'. (MANGUEL, 1997, p. 59-61)

Porém, o tempo passou e séculos depois a língua declamada em voz alta passou a assumir posição de destaque, de modo que, segundo Pattanayak apud Olson; Torrance (1997), a oralidade passou a envolver um sistema de recitação em voz alta para memorizar o que era preciso, faziam-se uso de metalinguagem para interpretar e explicar as recitações.

Esse processo vai ao encontro das palavras de Manguel (1997), quando ele faz suas considerações a respeito da leitura em voz alta, conforme a sentença abaixo:

As palavras escritas, desde os tempos das primeiras tabuletas sumérias, destinavam-se a ser pronunciadas em voz alta, uma vez que os signos traziam implícito, como se fosse sua alma, um som particular. A frase clássica *scripta manent, verba volant* – que veio a significar, em nossa época, 'a escrita fica, as palavras voam' – costumam expressar exatamente o contrário: foi cunhada como elogio à palavra dita em voz alta, que tem asas e pode voar, em comparação com a palavra silenciosa na página,

que está parada, morta. Diante um texto escrito o leitor tem o dever de emprestar voz às letras silenciosas, a *scripta*, e permitir que elas se tornem, na delicada distinção bíblica, *verba*, palavras faladas – espírito. [...] Nos textos sagrados, nos quais cada letra e o número de letras e sua ordem eram ditados pela divindade, a compreensão plena exigia não apenas os olhos, mas também o resto do corpo: balançar na cadência das frases e levar aos lábios as palavras sagradas, de tal forma que nada do divino possa se perder na leitura. (MANGUEL, 1997, p. 61-62)

Por um longo período histórico, a humanidade sobreviveu com a ausência da escrita, pois a comunicação oral era utilizada em todos os momentos. Passou-se o tempo e, segundo Manguel (1997), por questões de necessidades quanto, ao papel de transmitir mensagens, registrar leis, anotar dados astronômicos, a tarefa de escrever foi atribuída aos escribas, que por muito tempo, constituíram uma forma de elite aristocrática. Já diziam os sábios da antiguidade que a escrita servia de instrumento ‘para imobilizar, para fixar a linguagem articulada, por essência fugidia’ (HIGOUNET, 2003, p. 9).

A arte de escrever, aquela que “fixa a palavra e dá acesso direto ao mundo das idéias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o tempo e o espaço”, tendo início com os escribas da Babilônia, sendo o “sistema de escrita” mais antigo de que temos acesso “por meio de documentos”. (HIGOUNET, 2003, p.10)

Por serem profissionais de confiança, os escribas eram escolhidos desde muito cedo, recebendo as devidas instruções em uma espécie de escola privada, chamada por casa das tabuletas, e estes deveriam ter a consciência do poder a eles confiados.

Escrever foi rapidamente reconhecido como uma habilidade poderosa, e através das classes da sociedade mesopotâmica emergiu o escriba. Sem dúvida, a habilidade de ler também lhe era essencial, mas nem o nome dado à sua ocupação, nem a percepção social de suas atividades reconheciam o ato de ler, concentrando-se quase exclusivamente em sua capacidade de registrar. No âmbito público, era mais seguro para o escriba ser visto não como alguém que buscava e reconstituía informações (e, portanto, que podia imbuí-las de sentido), mas como alguém que simplesmente as registrava para o bem público. Embora ele fosse capaz de ser os olhos e a língua de um general ou mesmo de um rei, era melhor não alardear esse poder público. Por isso, o símbolo de Nisaba, a deusa mesopotâmica dos escribas, era um estilete, não a tabuleta mantida diante dos olhos. Seria difícil exagerar a importância do papel do escriba na sociedade mesopotâmica. Eles eram necessários para mandar mensagens, transmitir notícias, baixar as ordens do rei, registrar as leis, anotar os dados astronômicos que permitissem manter o calendário, calcular o número necessário de soldados, trabalhadores, suprimentos ou cabeças de gado, manter o controle sobre operações financeiras e econômicas, registrar os diagnósticos e receitas dos médicos, acompanhar expedições militares e escrever despachos e crônicas de guerra, avaliar tributos, fazer contratos, preservar os textos religiosos sagrados e divertir o povo com leituras da epopéia de Gilgamesh. Nada disso poderia ser feito sem escriba. Ele era a mão, os olhos e a voz por meio dos quais se estabeleciam comunicações e se decifravam mensagens. (MANGUEL, 1997, p. 208)

Podemos dizer que o escriba tinha uma profissão qualificada, a de escrever, e que para a época, o registro da escrita era essencial, uma vez que os escribas podiam modificar as palavras sugeridas pelas suas próprias intuições, pois, para o escriba, escrever estava associado a reproduzir a fala do outro.

Nesse sentido, a missão do escriba era escrever tudo o que lhe era solicitado. Assim, eles construíam os textos de várias maneiras, escolhendo o vocabulário mais adequado para o momento. Nesse sentido, “a maioria dos escribas mesopotâmicos terminava seus textos com

este colofão: ‘Que o sábio instrua o sábio, pois o ignorante não pode ver’’. (MANGUEL, 1997, p. 211).

Por sua vez, Kato (1990) informa que, para a escrita ser utilizada como um meio de comunicação, ela precisa ser planejada, para que o leitor, ao ler um texto escrito, possa sentir os efeitos causados por meio das palavras registradas. Continua a autora, a arte de escrever, desde a retórica clássica, era considerada como sinônimo de “expressar-se com eficácia” (KATO, 1990, p.83). E, para que o escritor consiga desenvolver a habilidade da escrita, ele precisa da força ilocucionária e do efeito perlocucionário, “isto é, o efeito que o ato causa no ouvinte” (Ibid., p.84).

Desse modo, percebe-se que o papel da escrita desenvolveu-se por impulsos associados ao tempo e ao espaço, por meios mais diferenciados que a fala. A escrita fixou-se como instrumento de poder e, muitas vezes, como meio de opressão diante às pessoas com baixos índices de estudos. Porém, não podemos deixar de mencionar que a escrita contribuiu para aprimorar os hábitos da nossa sociedade e muitas outras terem acesso a novas descobertas, aperfeiçoando a todo instante, caso contrário, não teríamos possibilidades para conhecer outras culturas, se não por meio da escrita.

Com o avanço de novas tecnologias, ficou difícil a língua falada continuar no centro das transações, passando à escrita a responsabilidade de registrar um acordo em um contrato imobiliário, em uma correspondência judicial, em uma bula de remédios entre tantas outras maneiras em que a escrita se amplia, facilitando a compreensão para alguns e deixando outros à margem por falta de conhecimento.

Nesse sentido, vamos ao encontro das palavras de Olson e Torrance (1997), quanto ao papel crucial que a escrita exerce em todas as sociedades que fazem ou não uso dela.

Os efeitos da escrita sobre as mudanças intelectuais e sociais não são de fácil compreensão... É enganoso pensar a escrita em termos de suas conseqüências. O que realmente importa é aquilo que as pessoas fazem com ela, e não o que ela faz com as pessoas. A escrita não produz uma nova maneira de pensar, mas a posse de um registro escrito pode permitir que se faça algo antes impossível: reavaliar, estudar, reinterpretar e assim por diante. De maneira similar, a escrita não provoca a mudança social, a modernização ou a industrialização. Mas ser capaz de ler e escrever pode ser crucial para o desempenho de certos papéis na sociedade industrial, também podendo ser completamente irrelevante para o desempenho de outros papéis em uma sociedade tradicional. A escrita é importante em termos de realização do que possibilita às pessoas: o alcance daquilo que objetivam ou a produção de novos objetivos. (OLSON; HILDYARD & TORRANCE, 1985, p. 14, apud OLSON; TORRANCE, 1997, p. 07)

Nos dias atuais, dificilmente existiria alguma pessoa que aceitaria fazer um contrato verbal diante à locação de um imóvel para uma pessoa estranha. Desse modo, a escrita, em um documento escrito e assinado, passa a apresentar um poder de segurança, de legitimidade entre o locador e o locatário.

Nesse contexto, podemos atribuir o desenvolvimento da escrita às necessidades humanas de comunicar-se e expressar-se por meio de documentos escritos, deixando de lado a tradição oral, mantida durante muito tempo na Idade Média, de que “escrever sobre o papel equivalia essencialmente a escrever na memória: ‘a leitura e a memorização eram ensinadas como na Antiguidade, como se fossem uma única atividade’”. (CARRUTHERS, 1990, p. 101 apud OLSON, 1997, p. 197)

Porém, para expressar-se por meio da escrita, existe a necessidade de adquiri-la, num processo lento e cauteloso, o que, a partir do século XVII, segundo Gnerre (1985), passou a ser um fator decisivo para o surgimento de um *continuum* conceitual, em que a posição mais

alta era ocupada pelas pessoas que pertenciam às elites da Europa, apresentando na base, uma gama de analfabetos e no topo, as pessoas consideradas cultas e letradas.

Nos dias de hoje, uma pessoa não alfabetizada é aquela que não consegue assinar o seu próprio nome. Porém, sabemos que o processo de alfabetização vai além desse simples ato e que essa capacidade de alfabetizar depende de ensinar o indivíduo a ler e a escrever concomitantemente.

Vários são os conceitos atribuídos aos estudos da escrita, sendo ela, segundo Cardona (1981) apud Gnerre (1985, p. 28), uma 'série de operações e produtos materiais que têm relação com a produção e o uso dos sistemas gráficos'. Já para Gelb (1952) apud Gnerre (1985, p.28), a escrita é definida como 'um sistema de intercomunicação humana através de marcas convencionais visíveis'.

Com a escrita, as pessoas conseguem atingir certo poder de abstração, uma vez que esta transcende a fala, além de poder ser refeita várias vezes, tarefa que não ocorre na oralidade. A tarefa de escrever exige do sujeito a organização dos pensamentos, planejando-os de modo claro para transcrevê-los no papel. Nesse sentido, o ato de escrever torna-se mais lento, visto requerer atenção e tempo, tornando assim, uma atividade constante de aprimoramento.

Diante dessas atribuições à escrita, o ato de escrever significa expressar-se por meio do próprio pensamento, arriscar-se a descobrir o desconhecido. Assim, ao escrever exercitamos uma atividade comunicativa, em que o processo da escrita exige uma relação de interlocução entre o escritor e o leitor. Em outras palavras, escrever significa trocar ideias, pensamentos, jogar com as palavras, formando um sentido, de modo que o texto seja compreendido e interpretado pelo leitor.

Quando exercitamos a escrita, organizamos os nossos pensamentos, de maneira que, aos poucos, conseguimos desenvolver um olhar mais crítico, tornando-nos mais confiantes por ter adquirido experiências necessárias. Experiências estas que o ato de escrever exige daquele que a utiliza.

A partir do momento que a escrita começou a ganhar território, ela passou a ser utilizada no sentido de transmitir os pensamentos que antes eram transmitidos oralmente. Nesse sentido, o testemunho falado deixou de apresentar valor, e passou a concentrar a prova documental em textos escritos. Dessa maneira, um juiz que antes dava o seu veredicto por meio de provas orais, passou a partir de então, a buscar as provas em documentos escritos, pois esses apresentavam mais valor, deixando de lado toda uma tradição.

Como podemos observar nas palavras de Bourdieu (2007):

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 2007, pp. 14-15)

Em outras palavras, o poder simbólico atribuído à escrita existe a partir de uma luta imaginária entre as classes sociais, em que a escrita passa a ser a representação simbólica da classe dominante, tornando-se um meio para compreender o poder político existente nesse espaço social, no qual as representações dos símbolos tornam-se armas de combate entre os

diferentes grupos, em que os dominantes buscam a legitimidade por meio do texto escrito e os dominados a aceitação ou não daquilo que lhes foi mostrado.

2.2- Considerações sobre o poder simbólico

Pierre Bourdieu (1998, 2004 e 2007) analisa o poder simbólico e mundo social por meio de níveis diferentes, sendo separados pelos ambientes sociais e pelo habitus em que o corpo se estrutura. O poder simbólico apresenta a função de representar, estabelecer e impor uma categoria particular de sinais. O autor observa nestes campos o papel dos intelectuais como uma pequena parte da classe dominante comparada à dominada, sendo atribuído um poder simbólico aos intelectuais pelo fato de eles estarem apoiados nessa competência. Ou seja:

o poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições envolvidos nessas relações [...] podem permitir acumular poder simbólico [...] cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Nesse sentido, podemos dizer que a escrita, vista nesta oportunidade como produção simbólica, por servir de instrumento de poder na mão da classe dominante, se compararmos às demais pessoas da sociedade que compartilham a crença de que não possuem tal domínio.

Para Bourdieu (2007):

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fracção dominada (letrados ou ‘intelectuais’ e ‘artistas’, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2007, p.12).

Por seu turno, Rousseau (1991) diz que a comunicação com outras pessoas pode ser realizada por gestos ou por palavras, devido ao fato de que a comunicação ocorre livremente. O autor comenta que muitas vezes falamos melhor com os olhos do que quando ouvimos e, nesse sentido, ele finaliza seu pensamento “se sempre conhecêssemos tão só necessidades físicas bem poderíamos jamais ter falado”. (ROUSSEAU, 1991, p. 152)

Nesse sentido, a representação da escrita, nas palavras desse autor, depende das necessidades, conforme podemos observar no fragmento abaixo:

Não se creia, contudo, que a arte de escrever dependa da arte de falar – sua evolução prende-se a outras necessidades que são, sobretudo, de precisão e clareza. Inevitavelmente, pois, a escrita altera a língua, tirando-a do domínio da paixão desejosa de exprimir-se para entregá-la à força e à clareza da razão. Eis por que só quando os gregos já escreviam suas poesias é que puderam sentir todo o encanto da composição puramente verbal dos poemas homéricos. (ROUSSEAU, 1991, p. 153)

Ou seja, o ato de escrever precisa de um momento de planejamento, de elaboração e até mesmo de reestruturação. Assim, escrever implica ter paciência. Não se consegue

desenvolver um bom texto escrito sem antes ter repensado e organizado as ideias surgidas antes e durante o ato da escrita.

Assim, pode-se dizer que as diferenças entre as classes sociais estão envolvidas por uma disputa de poder, em que a dominante impõe as regras do jogo de acordo com os seus princípios, e acaba ignorando o fato de que a classe dominada tem o direito de exercer a sua função de cidadania, de aceitar ou não certas imposições, mesmo que, esta se sinta aprisionada por aquela, ela tem o direito de escolher o caminho que pretende seguir.

Estas diferenças conduzem uma luta pela imposição do poder simbólico, o qual legitima certa autoridade, no sentido de impor certos conhecimentos. Diante a tais considerações sobre o poder e o espaço social que funciona como um espaço simbólico, com estilos de vida e de grupos, Bourdieu (2004) comenta:

O mundo social apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico que é organizado segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial. O espaço social tende a funcionar como um espaço simbólico, um espaço de estilos de vida e de grupos de estatuto, caracterizados por diferentes estilos de vida. Assim, a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação: do lado objetivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em combinações com probabilidades muito desiguais [...]. Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações de poder simbólico [...]. Esses dois mecanismos concorrem para produzir um mundo comum, ou, pelo menos, um consenso mínimo sobre o mundo social. (BOURDIEU, 2004, pp. 160-161).

Não há dúvida de que a partir do surgimento e aceitação da escrita, o seu aprendizado representa novos e grandes avanços no desenvolvimento cognitivo de qualquer pessoa e que este conhecimento foi e vem sendo construído ao longo da história da humanidade.

Assim, podemos dizer que a escrita é que uma prática social. E que quem produz um texto manifesta, por meio das palavras, seus valores, suas crenças, seus pensamentos, suas ideias entre outras atribuições.

E, por a escrita poder permitir acesso e prestígio social, ela é um bem querido em nossa sociedade. Por ser a escrita uma prática social, ao escrever podemos (re)construir toda uma história. Desenvolvendo a nossa habilidade de escrita, estaremos atribuindo valores simbólicos a arte de escrever.

Para Clark e Ivanic (1997, p. 39 tradução nossa), a escrita “permite que formas de conhecimento, de informação e de código de comportamento, socialmente prestigiadas, sejam registradas e transmitidas de forma permanente”².

Portanto, o ato de escrever possibilita reflexões sobre a linguagem e capacidade de interagir com o grupo social do qual cada indivíduo faz parte. Aprender escrever implica querer explorar ideias, transmitindo a outras pessoas, por meio das palavras, os nossos pensamentos.

Entendendo a escrita “como um ato político, social, mental, físico e lingüístico”³ (CLARK; IVANIC, 1997, p. 03), ela acaba sendo algo inseparável do contexto social em que “os interesses, os valores, as crenças e as relações de poder no contexto social como um todo

² It allows socially prestigious forms of knowledge, information and code of social behavior to be Record and handed on in permanent form. (CLARK; IVANIC, 1997, p,39).

³ The nature of writing as a political, social, mental, physical and linguistic act. (CLARK; IVANIC, 1997, p. 03).

estão representados pelo uso que as pessoas fazem da linguagem no seu dia-a-dia”⁴. (Ibid., p.12, tradução nossa).

Nesse sentido, pode-se então compreender as razões que atribuem à escrita valor de prestígio e de poder. Ampara-se aqui nas palavras de Bourdieu (2007) para mostrar que o poder simbólico atribuído à escrita é também um efeito simbólico exercido pelo discurso científico.

O efeito simbólico exercido pelo discurso simbólico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos ‘objectivos’, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e reconhecimento: eles designam as características em que pode firmar-se a acção simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade (tanto no seio do próprio grupo como nos outros grupos), que – a prazo, e em particular por intermédio das acções de imposição e de inculcação da identidade legítima (como as que a escola e o exército exercem) – tende a gerar a unidade real. Em suma, os veredictos mais ‘neutros’ da ciência contribuem para modificar o objecto da ciência: logo que a questão regional ou nacional é objectivamente posta na realidade social, embora seja por uma minoria actuante (que pode tirar partido da sua própria fraqueza jogando com a estratégia propriamente simbólica da *provocação* e do *testemunho* para arrancar réplicas, simbólicas ou não, que impliquem um reconhecimento), qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso a região ao reconhecimento e, por este meio, à existência. (BOURDIEU, 2007, pp. 119-120)

Vê-se então que o poder simbólico atribuído à escrita, pode ser visto como uma crença uma vez que, todos podem escrever, desde que conheçam e consigam seguir as normas, algumas orientações para apresentar um texto claro e coeso.

Pode-se depreender das reflexões apontadas neste trabalho que os estudos sobre a escrita são necessários para compreender os motivos pelos quais as pessoas acreditam que escrever seja difícil. Entretanto, o que falta é um pouco mais de conhecimento sobre o que está por entre as linhas, ou seja, o grande problema não é a escrita, mas a maneira de como as pessoas trabalham com o que está escrito e como que pode vir a ser escrito. O que está em jogo diz respeito ao modo como as relações de poder atuam sobre a escrita e consequentemente, a maneira como as classes sociais utilizam esse poder, ora para delegar poder ora para beneficiar-se em relação ao menos favorecido.

Como nos lembra o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007), o espaço que define o campo de disputas entre as classes sociais diz respeito à posição ocupada pelas classes dominantes que acreditam possuir esse poder simbólico e fazer dele algo de opressão se comparado à classe dos dominados.

Em relação a opressão, toma-se por base os estudos de Pattanayak apud (Olson & Torrance 1997) para dizer que a opressão se manifesta de diversas formas, nesse sentido, o autor argumenta:

O analfabetismo se alia à pobreza, desnutrição, falta de educação e assistência médica, enquanto a cultura escrita associa-se ao crescimento da produtividade, aos cuidados com a infância e ao avanço da civilização. Shankar (1979) demonstrou que a correlação entre a cultura escrita e a adoção de práticas agrícolas desenvolvidas não é significativa. Stubbs (1980) observou que sabemos muito pouco a respeito das

⁴ The interests, values, beliefs and sets of Power relations in the social context as a whole are inscribed in the prototypical ways of doing things that people draw on in their day-to-day uses of language. (CLARK; IVANIC, 1997, p.12).

funções sociais da escrita. Não há provas suficientes de que tenha propiciado a civilização à humanidade. Contudo, a louvação exagerada à escrita persiste, e os estudiosos ocidentais insistem na afirmativa de que ela ‘desempenhou papel decisivo no desenvolvimento do que podemos chamar de modernidade. (PATTANAYAK apud OLSON & TORRANCE, 1997, p. 117).

Por todas essas razões, a escrita acabou se tornando um arcabouço predileto da elite para diminuir quando não excluir aqueles que não sabem fazer uso dela.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, [...] é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2007, p.10-11)

Nesse contexto, o poder simbólico atribuído à escrita consiste em manifestar os efeitos de dominação daqueles que impõem suas regras à classe dominada por meio de atividades revestidas de poderes simbolicamente empregados. O poder simbólico, segundo o mesmo autor, é capaz de manipular as pessoas a fim de limitar o olhar no sentido de impor um poder ilusório apenas para se manter em estado de supremacia.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 2007, p. 11, grifos do autor)

E nesse sentido, pelo fato de a escrita ser considerada, segundo Manguel (1997), uma habilidade poderosa, pode-se compreender o porquê de sua relevância. Ao atribuir poder sobre à escrita, as pessoas podem se constranger quando não sabem ou imaginam não saber utilizar esta técnica, uma vez que as ideias dominantes impõem seus valores às dominadas com a finalidade de exercer o poder simbólico.

Para reforçar esse posicionamento, toma-se por base os estudos de Faraco (2001, p. 53) quando ele informa ao leitor que “o ensino da grafia é apenas parte de um processo mais amplo no domínio da linguagem escrita” e que as inadequações da escrita devem ser vistas como parte de um processo de aprendizagem e do próprio conhecimento da língua como um todo. Na mesma direção, Faraco (2008, p.59) mostra o modo como o ensino da escrita, mais precisamente à realidade educacional brasileira, vem sendo tratada como “um fenômeno restrito: é ainda um bem cultural de poucos. Por isso também é que ela pode ainda funcionar entre nós como um fator de discriminação social, cultural e econômica”.

Nesse sentido, a escrita acaba sendo associada a algo de prestígio, como pode ser observado no fragmento abaixo:

No fundo, ela não perdeu ainda entre nós seu defeito de origem – ou seja, continua recoberta por uma aura elitista que se materializa na norma **curta**, ou seja, na insistência em se interditar a ocorrência na escrita de fenômenos normais da fala culta. São picuinhas gramaticais, mas ainda funcionam com certa força no jogo

simbólico que, pela desqualificação linguística, discrimina e exclui. [...] Desde que temos registro desse fenômeno de prestígio e cultivo de determinada variedade da língua na cultura ocidental, ele tem uma clara marca elitista, aristocrática. (FARACO, 2008, pp.59-60, grifos do autor)

Nesse contexto, Cagliari (1990) enfatiza:

O processo de alfabetização inclui muitos fatores, e, quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição do conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá esse professor de encaminhar o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais. (CAGLIARI, 1990, p. 09)

E nesse sentido, o autor argumenta,

O domínio da escrita e o acesso ao saber acumulado tem sido uma das maiores fontes de poder nas sociedades e, por isso mesmo, privilégio das classes dominantes. Por que todos os indivíduos não passaram a ser alfabetizados desde o momento em que se inventou a escrita? Porque isso representaria o compartilhamento do saber do poder e do poder do saber. A igualdade de chances se tornaria perigosa demais para os que quisessem mandar e ter quem lhes obedecesse. Nada melhor do que a ignorância para gerar a obediência cega, a subserviência e o conformismo, como destino irrevogável da condição humana. (CAGLIARI, 1990, p.10)

Assim, o poder simbólico atribuído à escrita pode ser comparado a um mito que vem sendo passado desde muito tempo com a finalidade de fazer com que as pessoas acreditem que escrever é tarefa exclusiva para aqueles que dominam as suas regras. Entretanto, pode-se perceber que há outras questões, de ordem mais complexa, que se abordadas, elucidam pontos que não podem ser desconsiderados.

O ato de escrever pode ser comparado ao preparo de uma boa receita culinária que aos poucos vai agregando ingredientes, técnicas, estilo, idéias aprimoradas, ou seja, prática, até chegar ao ponto ideal. É assim com a escrita, “não conheço uma só estética que se fundamente em algo além do temperamento. É ele que, em última análise, condiciona os diversos ingredientes formais da arte de escrever”. (PICARD, 2008, p. 57)

Nesse contexto, o momento da escrita necessita de tranquilidade para concatenar as ideias que venham a surgir, possibilitando assim o ato da escrita. Dessa maneira, pode-se dizer que escrever precisa de adaptação e precisão, como pode ser observado no seguinte fragmento:

Escrever, no sentido em que entendo, não é “comunicar”. Diante de sua página, o escritor só tem a si mesmo como interlocutor. O leitor não passa de uma hipótese. De certa maneira, uma hipótese necessária, visto que, sem ela, ele não se aplicaria a trabalhar a língua comum para torná-la compreensível e cativante. É isso o que o bom senso sugere, mas não obrigatoriamente o que é mostrado pela introspecção. Uma escrita para uso estritamente pessoal, telegráfica, alusiva, aproximativa, em suma, econômica, pode não passar de um rascunho de escrita, portanto, de um rascunho de pensamento. O pensamento escrito exige precisão. O pensamento são as nuances do pensamento; pensamos mal em largos traços. A própria estética (o famoso ‘estilo’) nada tem de um endomingamento gratuito, [...] Não é amontoando noções exíguas, e ainda menos sinônimos, que se alcança o pensamento justo, aquele que dá mais exatamente conta das idéias ou das impressões que se pretende transcrever. (PICARD, 2008, pp.144-145).

E como o aprendizado da escrita é cauteloso, pois precisa ser lapidado aos poucos para se chegar a uma fórmula aceitável, muitos acreditam que não são capazes. Entretanto, isso não foi e não é tarefa de alguns, mas, para todos. Todos podem escrever, basta ter condições adequadas para tal.

3. Considerações finais

Ao trabalhar a escrita com os participantes do projeto “Adolescentes de Escola Pública e Adolescentes em conflito com a lei: uma relação por meio da escrita” foi possível perceber a importância de desenvolvê-la pela construção e não pela imposição, mostrando a eles que expressar suas ideias por meio das palavras não é algo tão difícil como tentam nos impor.

Tivemos aqui o intuito de mostrar que as restrições impostas ao ato de escrever são, na maioria das vezes, consequências das forças simbólicas, ou “lutas simbólicas entre as classes” que operam sobre as sociedades existentes no mundo, com nos mostrou Bourdieu (2007, p 12),. Desse modo, este trabalho, visou, na medida do possível, indicar as influências deste poder simbólico para compreender melhor os seus efeitos.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação das diferentes espécies de capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 2007, p.15, grifos do autor)

Muitas vezes, as pessoas deixam de aprimorar os seus conhecimentos diante da escrita por medo ou por restrições impostas desde muito cedo em ambientes escolares ou não. Essas restrições são, segundo Cagliari (1990), impostas desde os anos iniciais de escolaridade, fazendo com que as crianças passem a criar aversão à escrita por falta de um bom aprendizado desta.

Se levarmos em consideração que o ato de escrever pode estar associado a uma boa receita culinária e que a escrita necessita de paciência e compreensão para desenvolver uma técnica adequada, lembraremos que cada ser humano tem o seu tempo certo para desenvolvê-la, podendo, enfim, entender os benefícios que a escrita pode trazer a todos nós.

Foi pensando nesse contexto que este trabalho foi realizado e tende a continuar. Com o intuito de mostrar aos interessados a importância de saber que o poder simbólico é, reiterando Bourdieu (2004, 2007), uma força simbólica que opera das classes dominantes para com as dominadas. E, nesse sentido, as pessoas devem compreender que o poder simbólico associado à escrita surgiu justamente pelo fato das pessoas aceitarem com facilidade as imposições a elas colocadas e não fazerem jus ao direito adquirido de pelo menos tentar.

E assim, os jargões como “falta de interesse”, “falta de gosto pela escrita” dificuldade ou falta de domínio” podem ser vistos por outro prisma, inserindo os aspirantes a letrados em outro patamar nas estruturas estruturantes, diferente do domesticado ou dominado. A escrita como instrumento de opressão é parte dessa complexa rede estruturante que leva a maioria

das pessoas a acreditarem que a superioridade dessa habilidade em relação à fala faz dela uma produção simbólica tangível a poucos. E assim se legitima o princípio da hierarquização.

O projeto desenvolvido pelo Programa Universidade sem Fronteiras “Adolescentes de Escola Pública e Adolescentes em Conflito com a Lei” dá continuidade a um outro, já concluído em 2009 com a publicação de um livro. Utilizou a escrita para portar vozes, histórias de vida, pontos de vista, poemas, textos e escritas diversas que visavam à contextualização de ambientes ou contextos específicos, segundo os interesses dos participantes.

Para concluir, por ora, essa discussão, reiteramos a necessidade de compreender melhor o modo como as estruturas estruturantes agem e, por conseqüência, definem as práticas de escrita. Elas precisam ser trabalhadas criteriosamente, sem acreditar em mitos que levam a crença de que escrever é difícil ou que é uma tarefa para aqueles que dominam suas regras.

Referências:

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007
- _____. *Coisas Ditas*. Tradução Denise Moreno Pegorim e Cássia R. da Silveira. São Paulo: Brasiliense. 2004
- _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas: O que Falar quer Dizer*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & Lingüística*. 2.ed. São Paulo: Editora Scipione, 1990
- CLARK, Romy & IVANIC, Roy. *The politics of writing*. London: Routledge, 1997.
- FARACO, Carlos Alberto. *Escrita e alfabetização*. São Paulo: Contexto, 2001
- _____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras. 1997
- OLSON, David. R. & TORRANCE, N. *Cultura Escrita e Oralidade*. Tradução Valter Lellis Siqueira. 2.ed. São Paulo: Ática.1997
- OLSON, David. R. *O mundo no papel: As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1997
- PICARD, Georges. *Todo mundo devia escrever: a escrita como disciplina de pensamento*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- KATO, Mary. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. 3.ed. São Paulo: Editora Ática. 1990
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Do contrato social; ensaio sobre a origem das línguas: Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado; introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1991 – (Os pensadores; 6)